
2016

Balanço Social



Agência para o Desenvolvimento e
Coesão, I.P.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

BALANÇO SOCIAL 2016

EDITOR

**AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.
AVENIDA 5 DE OUTUBRO,
1050-053 LISBOA**

CONCEÇÃO TÉCNICA:

**UNIDADE DE GESTÃO INSTITUCIONAL
NÚCLEO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

DATA DE EDIÇÃO

31 MARÇO 2017

Índice

Nota Introdutória.....	3
1. Caracterização da Agência, I.P.	4
1.1. Identificação	4
1.2. Missão, Visão e Valores	4
1.3. Estrutura Orgânica	5
2. Caracterização dos Recursos Humanos da Agência, I.P.	6
2.1. Relação Jurídica de Emprego	7
2.2. Grupo de Pessoal.....	7
2.3. Estrutura Etária dos Trabalhadores.....	9
2.4. Antiguidade dos Trabalhadores	10
2.5. Nível Habilitacional dos Trabalhadores.....	10
2.6. Movimentação dos Trabalhadores.....	11
2.7 Prestação do trabalho.....	13
2.8. Absentismo laboral.....	15
2.9. Encargos Remuneratórios.....	15
2.10. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	16
2.11. Formação Profissional.....	17
2.12. Relações Profissionais e de Disciplina	17
3. Conclusões	18
ANEXOS	19

Nota Introdutória

O Balanço Social configura um instrumento privilegiado de planeamento e de apoio à gestão, incluído no ciclo anual de gestão, que disponibiliza informação e indicadores sobre a situação social das organizações.

A sua finalidade é a de conferir maior transparência e visibilidade da realidade existente e dos aspetos mais expressivos nas instituições públicas, assumindo-se como essencial para a tomada de decisão, reforçando um planeamento assente numa melhor coordenação e racionalização dos recursos disponíveis (humanos e financeiros).

O Balanço Social de 2016 da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P., reúne dados sobre o contexto organizacional e social do organismo no período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016. Esses dados foram extraídos da aplicação informática de recursos humanos e estruturados conforme o modelo definido pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, diploma que regulamenta a elaboração do Balanço Social na Administração Pública.

Com o intuito de melhorar a qualidade informativa e permitir uma análise mais desenvolvida e pormenorizada sobre a caracterização dos recursos humanos e financeiros da Agência, incluíram-se quadros e gráficos, assim como indicadores e taxas, construídos de acordo com a lei vigente.

As reflexões fundamentadas na análise dos dados do ano de 2016 e, em alguns casos, as comparações com o ano anterior, visam possibilitar a reflexão sobre a estratégia de gestão de recursos humanos da Agência, tendo em vista o desenvolvimento do seu capital humano, bem como a definição de linhas orientadoras e a adoção de metodologias que possibilitem o incremento de uma estratégia para a qualidade global dos serviços prestados.

Este exercício não contempla os recursos humanos afetos ao Programa Operacional de Assistência Técnica do Portugal 2020 assim como os das Estruturas de Missão Portugal e Inovação Social e de Apoio ao Curador do Beneficiário dos Fundos Estruturais e de Investimento, a quem a Agência presta apoio logístico e administrativo mas que são entidades autónomas, não integradas no mapa de pessoal da ADC.

1. Caracterização da Agência, I.P.

1.1. Identificação

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. tem por missão coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e foi criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro.

Dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, é um instituto público de regime especial, com capacidade jurídica de intervenção sobre todo o território nacional.

Situando-se na esfera da administração indireta do Estado, integra o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sob superintendência e tutela do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão.

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. foi criada com o objetivo de favorecer a coordenação da Política Estrutural e de Desenvolvimento Regional cofinanciada pelos fundos europeus, garantir uma maior coordenação das opções de macroprogramação financeira e reforçar a racionalidade económica e a sustentabilidade financeira dos investimentos cofinanciados.

1.2. Missão, Visão e Valores

Missão

Coordenar a política de desenvolvimento regional e assegurar a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Visão

Ser o centro de competências na Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão e na aplicação de Fundos Europeus.

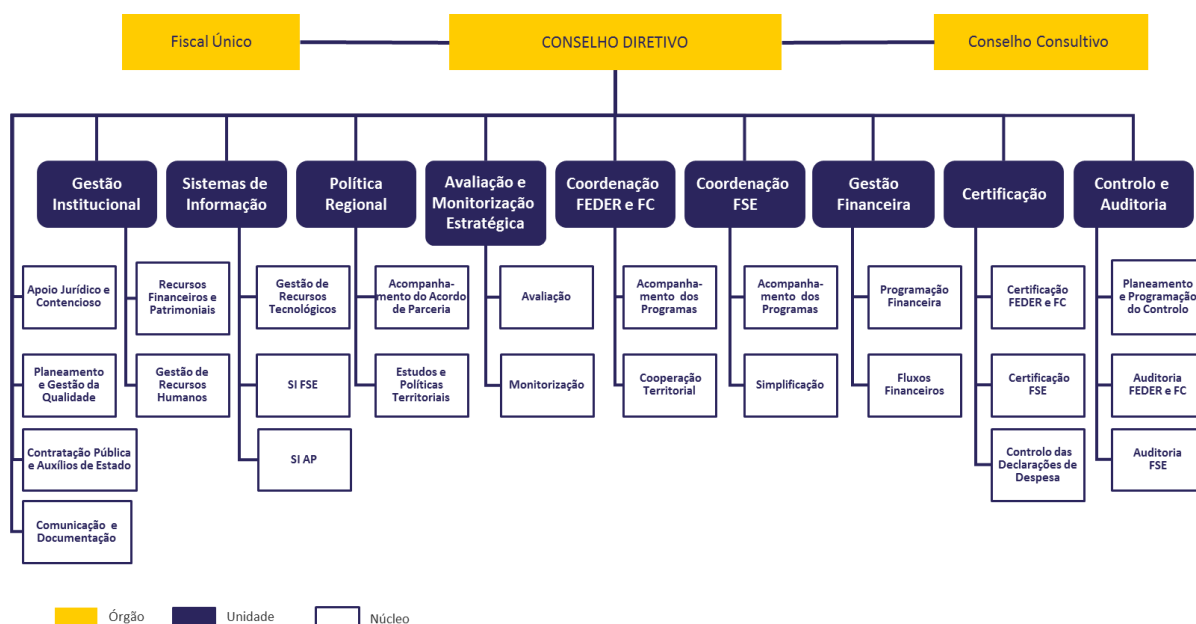
Valores



VALORES	DESCRIÇÃO
Inovação	Desenhar e implementar soluções inovadoras que respondam às necessidades dos <i>stakeholders</i> , adotando as melhores práticas de gestão com vista a transformar oportunidades em soluções.
Transparência	Garantir a prestação pública de contas da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e da gestão dos Fundos Europeus e promover o acesso fácil e permanente à informação, através de processos simplificados e comunicação clara, relevante, precisa e atualizada.
Cooperação	Promover alianças em que o benefício global é superior ao da ação individual. A cooperação sustenta-se no desenvolvimento de parcerias ativas, nacionais e transnacionais, que acrescentam valor ao país e à Europa, e na construção de um sólido espírito de equipa, com base em práticas de igualdade, respeito mútuo e ética profissional.
Qualidade	Promover a melhoria contínua tendo em vista uma prestação de serviços de excelência, assegurando a fiabilidade e uma elevada qualidade técnica de execução, no sentido de consolidar a confiança nos resultados do trabalho da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

1.3. Estrutura Orgânica

A 31 de dezembro de 2016, a estrutura orgânica da Agência, aprovada pela Portaria nº 351/2013 e por deliberação interna do Conselho Diretivo da Agência, divide-se em sete áreas operacionais e seis áreas de suporte, conforme evidencia o organograma seguinte.



2. Caracterização dos Recursos Humanos da Agência, I.P.

Em 31 de dezembro de 2016, contabilizaram-se 199 colaboradores, em exercício de funções, sendo que a 31 de dezembro de 2015 a Agência contava com 194 trabalhadores.

Dos 199 trabalhadores da Agência, 134 são do sexo feminino, sendo que a **taxa de feminização**¹ é de 67% e a **taxa de feminização dirigente**² de 66%.

O gráfico 1 indica a distribuição do total de efetivos a 31 de dezembro, pelas unidades orgânicas³ da Agência.

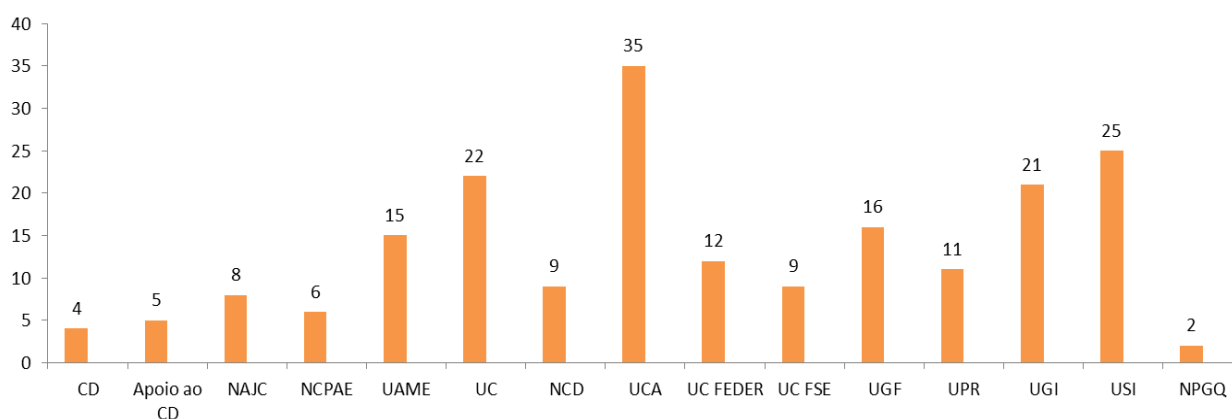


Gráfico 1 – Distribuição de trabalhadores por unidade orgânica

As áreas técnicas representam mais de 60% dos efetivos da Agência e, de entre estas, as áreas de auditoria e certificação são as que empregam mais trabalhadores.

Importa referir que do total dos 199 trabalhadores, quatro são portadores de deficiência, o que representa uma taxa de emprego⁴ de 2% de trabalhadores deficientes.

Em termos de empregabilidade de trabalhadores deficientes, verifica-se que os quatro identificados são do género masculino.

¹ Total de efetivos femininos (134) /Total de efetivos (199).

² Total de dirigentes femininos (25) /Total de dirigentes (38)

³ Unidades Orgânicas: Conselho Diretivo (CD); Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso (NAJC); Núcleo de Contratação Pública e auxílios de Estado (NCPAE); Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica (UAME); Unidade de Certificação (UC); Núcleo de Comunicação e Documentação (NCD); Unidade de Controlo e Auditoria (UCA); Unidade de Coordenação FEDER e Fundo de Coesão (UC FEDER); Unidade de Coordenação FSE (UC FSE); Unidade de Gestão Financeira (UGF); Unidade de Política Regional (UPR); Unidade de Gestão Institucional (UGI); Unidade de Sistemas de Informação (USI) e Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade (NPGQ).

⁴ Total de trabalhadores deficientes (4) /Total de efetivos (199)

2.1. Relação Jurídica de Emprego

A maioria dos trabalhadores da Agência possui uma relação jurídica de emprego assente no contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (103 colaboradores), ou seja 51,8% do total dos trabalhadores.

Outra modalidade de vinculação com alguma expressão no resultado final é a da nomeação definitiva que abarca todo o grupo de inspetores superiores (47 trabalhadores, 23,6% do total). O total destas duas modalidades de vinculação (contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação definitiva), corresponde, na data de referência, a 75,4% do total dos efetivos da Agência.

As outras relações jurídicas de emprego existentes na Agência, IP dizem respeito a comissões de serviço (38 dirigentes superiores e intermédios) e, ainda, a 11 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

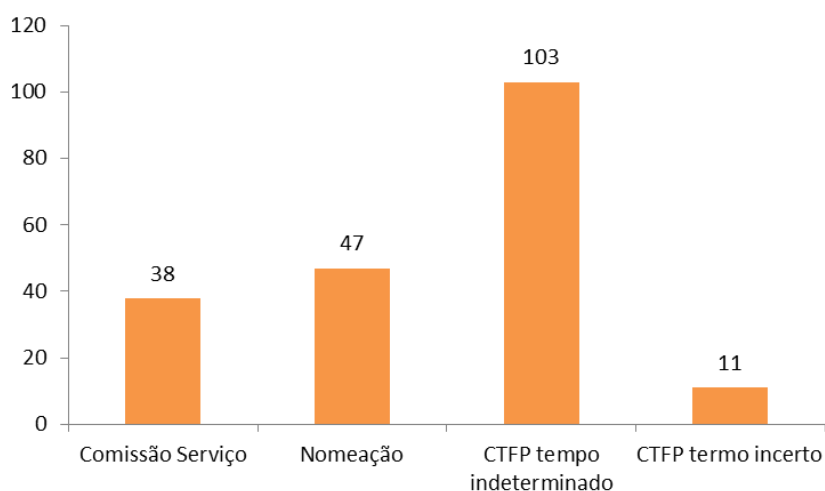


Gráfico 2 – Distribuição de trabalhadores por relação jurídica de emprego

2.2. Grupo de Pessoal

O grupo de pessoal mais representativo é o de técnico superior, com 72 trabalhadores, o que significa que a **taxa de emprego**⁵ do grupo profissional de técnico superior é de aproximadamente 36% do total de efetivos.

⁵ Total de técnicos superiores (72) / Total de efetivos (199)

Com 24% surge o grupo dos inspetores superiores, constituído por 47 trabalhadores. Seguido pelo grupo de dirigentes superiores e intermédios com 19%.

O grupo profissional dos assistentes técnicos representam 15% do total de trabalhadores da Agência, sendo que os grupos menos representados são os que pertencem ao pessoal de informática com 6% e os assistentes operacionais com apenas 1%, constituído pelos dois motoristas em funções.

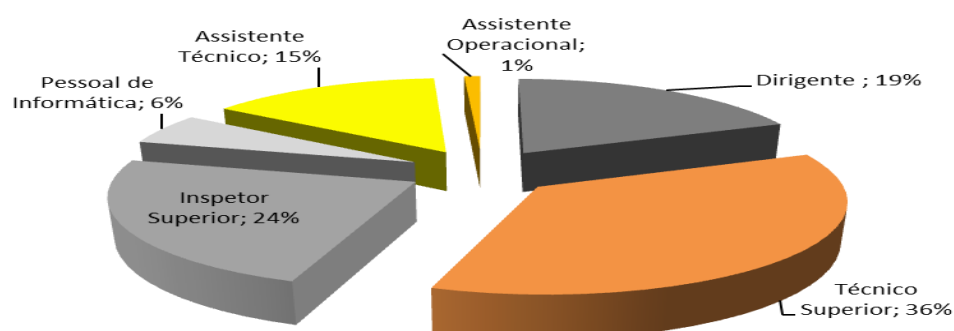


Gráfico 3 – Distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal

Em termos de distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e por género pode verificar-se pelo gráfico abaixo, que o género feminino está maioritariamente representado, com exceção do pessoal de informática e dos dirigentes superiores.

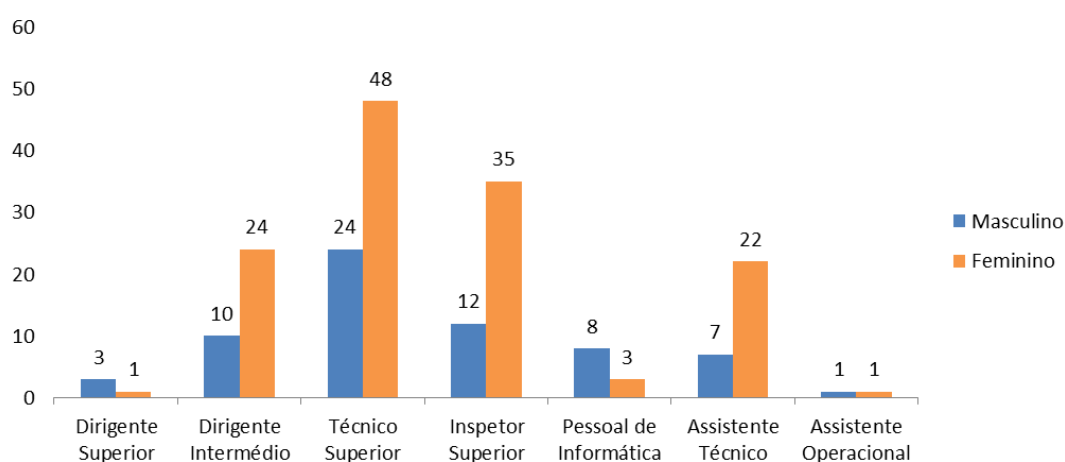


Gráfico 4 – Distribuição de trabalhadores por grupo profissional e por género

Em 2016, o **índice de tecnicidade**⁶ (grupo constituído pelo pessoal técnico superior, pelos inspetores superiores e pelos especialistas de informática) foi de 62,3%.

O **índice de enquadramento**⁷ foi de 19%, com 38 dirigentes. Neste grupo de pessoal estão incluídos os dirigentes superiores de 1º e 2º grau e os dirigentes intermédios de 1º e 2º grau da Agência.

2.3. Estrutura Etária dos Trabalhadores

Da análise da estrutura etária, refletida no gráfico 5, podemos concluir que o nível médio de idade dos funcionários está distribuído da seguinte forma: 7,5% dos 199 trabalhadores têm idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, 51,3% entre os 40 e 49 anos e 41,2% entre os 50 e os 69 anos.

O grupo etário mais representado é o dos 45-49 anos (29,6% do total), logo seguido dos escalões etários 40-44 e 50-54, com 21,6% e 21,1%, respetivamente. A média geral de idades (**nível etário**)⁸ situa-se nos 48 anos.

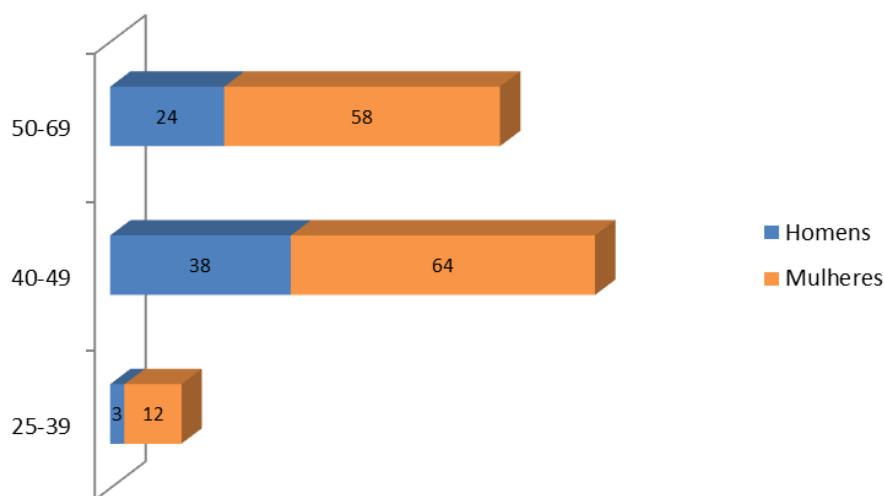


Gráfico 5- Distribuição de trabalhadores por estrutura etária e género

O **leque etário**⁹ situa-se entre os 27 e os 66 anos e o **índice de envelhecimento**¹⁰ é de 20%, considerando a existência de 40 trabalhadores com idades superiores a 55 anos.

⁶ Número de técnicos superiores, inspetores e especialistas de informática (124) x Total de efetivos (199)

⁷ Número de dirigentes (38) x Total de efetivos (199)

⁸ Soma das idades (9.612) / Total de efetivos (199)

⁹ Trabalhador(a) mais velho(a) (66) / Trabalhador(a) mais jovem (27)

¹⁰ Número de recursos humanos com idade > 55 anos (40) / Total de efetivos (199)

Se considerarmos a média de idades por grupo de trabalhadores, verifica-se que os assistentes técnicos apresentam a média etária mais alta (52 anos), seguindo-se os inspetores superiores com uma média de 49 anos, a par do pessoal de informática.

Os dirigentes superiores e intermédios têm, em média, 48 anos de idade, enquanto que os técnicos superiores possuem uma média mais baixa (46 anos).

O grupo de trabalhadores que apresenta a média de idades mais baixa é o grupo dos assistentes operacionais, com 39 anos.

2.4. Antiguidade dos Trabalhadores

A **antiguidade média**¹¹ (na administração pública) dos efetivos em 2016 foi de 17 anos. De realçar a elevada antiguidade média do grupo dos informáticos (23 anos) e, em oposição, a média do grupo de trabalhadores técnicos superiores (13 anos).

2.5. Nível Habilitacional dos Trabalhadores

A estrutura habilitacional dos recursos humanos da Agência caracteriza-se pelos seguintes níveis de escolaridade: até ao 9º ano, do 10º ao 12º ano e habilitações de nível superior. No ano em análise os efetivos apresentam uma **taxa de habilitações superiores**¹² de 80,9% que corresponde à percentagem de efetivos que possuem habilitações de nível superior (bacharelato, licenciatura e mestrado).

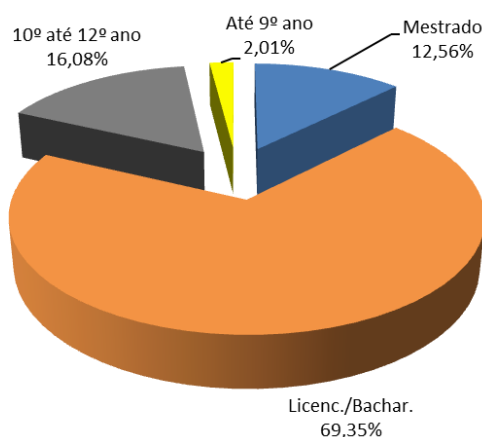


Gráfico 6- Percentagem de trabalhadores segundo o nível habilitacional

¹¹ Soma das antiguidades na administração pública (3.353 anos) / Total de efetivos (199)

¹² Total Bacharelato + Licenciatura + Mestrado (163) / Total de efetivos (199)

2.6. Movimentação dos Trabalhadores

2.6.1. Admissões e saídas

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. é um instituto recente, com três anos de existência, onde se registam ainda grandes movimentos de entradas e saídas de trabalhadores. No final de 2015 contava com 194 trabalhadores e a 31 de dezembro de 2016 contava com 199 trabalhadores.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos efetivos da Agência entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, por cargo/carreira, salientado-se, de uma forma geral, o aumento dos postos ocupados do mapa de pessoal em 5 trabalhadores.

	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016
Dirigente Superior	4	4
Dirigente Intermédio	31	34
Técnico Superior	96	72
Inspetor Superior	24	47
Pessoal de Informática	8	11
Assistente Técnico	30	29
Assistente Operacional	1	2
Total	194	199

No entanto, alguns considerandos são de ter em conta, dada a grande movimentação de trabalhadores nas entradas e saídas da Agência.

Desde 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016 assistiu-se a um movimento significativo de saídas de trabalhadores da Agência, num total de 25 colaboradores, dos quais 15 são técnicos superiores, 6 são assistentes técnicos, 3 da carreira de inspeção superior e um dirigente superior.

Tal como o ano anterior, estas saídas resultaram de situações diversas, nomeadamente de procedimentos concursais para outros serviços da administração pública, exercício de cargos dirigentes, exercício de funções em gabinetes ministeriais, licenças sem vencimento e mobilidades internas (após a insistência dos seis meses entre dois pedidos e/ou para fora da área metropolitana de Lisboa). Salienta-se que a saída registada de três dos assistentes técnicos mencionados resultou de rescisões contratuais.

Para colmatar estes efeitos de saída de trabalhadores foram paralelamente desenvolvidas, em 2016, diversas iniciativas de recrutamento de trabalhadores, quer por via de mobilidade interna, quer através de procedimentos concursais. Desta forma, apesar das 25 saídas foi possível reforçar o mapa de pessoal com 30 trabalhadores.

Dos 30 trabalhadores, cerca de metade correspondem a trabalhadores que se encontravam em comissão de serviço e mobilidade interna noutros organismos e regressaram à ADC em 2016 e 14 representam novos ingressos na Agência.

O Gráfico 7 apresenta o fluxo de entradas e saídas de trabalhadores na Agência, no ano de 2016.

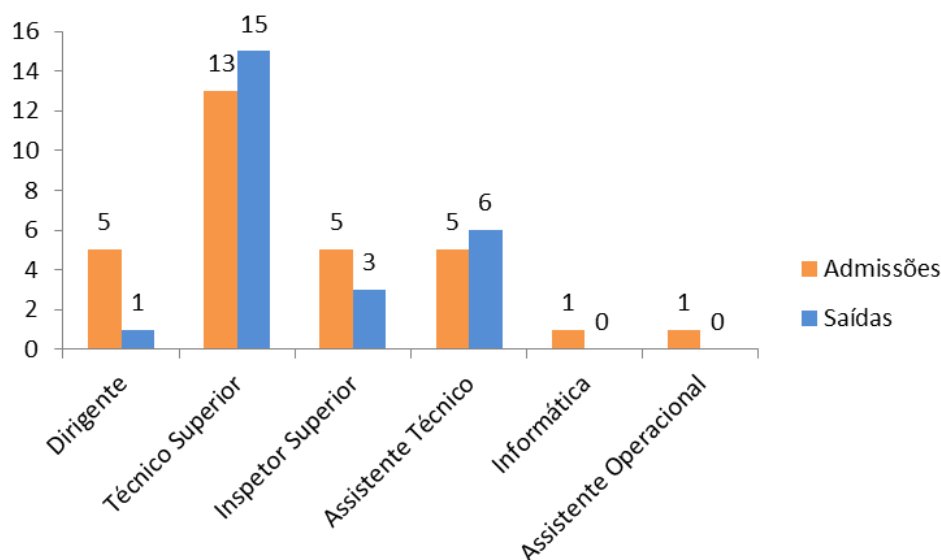


Gráfico 7- Número de trabalhadores admitidos e saídos

A taxa de rotação na Agência é de 28%. Este valor resulta do somatório das entradas e saídas, dividido pelo total de efetivos a 31 de dezembro de 2016.

Face ao ano anterior a taxa de rotação reduziu 5 pontos percentuais, o que acompanha o ciclo de vida da Agência, que após a sua criação, através de um processo de extinção por fusão, assistiu a várias saídas de trabalhadores. Pretende-se agora iniciar um novo ciclo através de recrutamento de novos trabalhadores e de retenção dos atuais.

2.6.2. Mudança de situação profissional

Em 2016 ficaram por ocupar 73 postos de trabalho, o que significa que o mapa de pessoal da Agência tem uma ocupação de 73%, tendo em conta que a sua ocupação máxima é de 272 postos de trabalho.

No entanto, é de referir que existe um elevado número de trabalhadores que pertencem ao mapa de pessoal da Agência mas que se encontram em comissão de serviço e em regime de nomeação em gabinetes ministeriais.

No ano em análise, 26 trabalhadores viram a sua situação profissional alterada para as carreiras de técnico superior, de informática, de inspeção superior e de assistente técnico, 25 dos quais através de procedimento concursal e um trabalhador por consolidação de mobilidade interna.

2.7 Prestação do trabalho

A prestação de trabalho na Agência está regulada pela Lei Geral do Trabalhadores em Funções Públicas, Lei 35/2014, de 20 de junho e engloba todos trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente do vínculo jurídico detido.

À data a Agência conta com um trabalhador em regime de teletrabalho, que exerce as suas funções a partir do seu domicílio, atendendo à sua reduzida mobilidade.

2.7.1. Modalidade de Horário de Trabalho

Na Agência coexistem quatro modalidades de horário: flexível, jornada contínua, específico e isenção de horário. O mais praticado é o horário flexível com 137 trabalhadores, o que representa 68,8% dos efetivos.

Para além deste, também se pratica o horário de trabalho em regime de jornada contínua, contemplando 23 trabalhadores, salientando-se que esta modalidade de horário foi praticada exclusivamente pelo género feminino.

Contribuindo indiscutivelmente para uma melhor conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, considera-se a jornada contínua como uma das medidas de responsabilidade social adotadas na Agência.

O horário específico tem pouca expressão na totalidade de efetivos, sendo que apenas uma trabalhadora usufrui desta modalidade.

Na modalidade de isenção de horário de trabalho estão incluídos os dirigentes superiores e intermédios, num total de 38 trabalhadores.

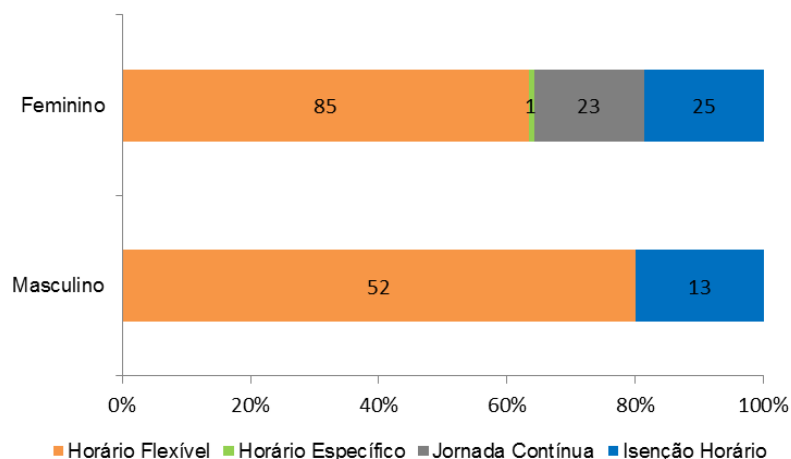


Gráfico 8 – Modalidade de horário de trabalho

2.7.2. Trabalho suplementar

Durante o ano de 2016 os trabalhadores da Agência efetuaram 3.231,5 horas de trabalho suplementar. Estas horas foram realizadas maioritariamente como trabalho suplementar diurno (3.133,5 horas).

De realçar que o peso do total de trabalho suplementar efetuado durante o ano de 2016, comparado com o total de horas de trabalho esperadas para os efetivos da Agência a 31 de dezembro de 2016, foi superior em 1,04%.¹³

O défice de recursos humanos face às competências atribuídas a esta Agência, assim como a obrigatoriedade de manutenção das infraestruturas informáticas, quer da Agência quer de apoio ao sistema de informação do Portugal 2020, fora do horário normal de trabalho, justificam a necessidade imperiosa de recurso ao trabalho suplementar, de forma a garantir a continuidade ininterrupta dos serviços da Agência.

¹³ Número total de horas esperadas (310.990h) / Número total de horas de trabalho suplementar efetuadas (3231,5h)

2.8. Absentismo laboral

Em 2016 as ausências ao trabalho traduziram-se numa **taxa de absentismo**¹⁴ de 11%, com 2000 dias de ausência dos trabalhadores distribuídos pelos motivos apresentados pelo gráfico seguinte.

O absentismo assinalado, designadamente o associado ao motivo de doença prolongada, tem uma expressão muito significativa em dois assistentes técnicos e um informático que estiveram ausentes ao serviço 597 dias, na sua totalidade.

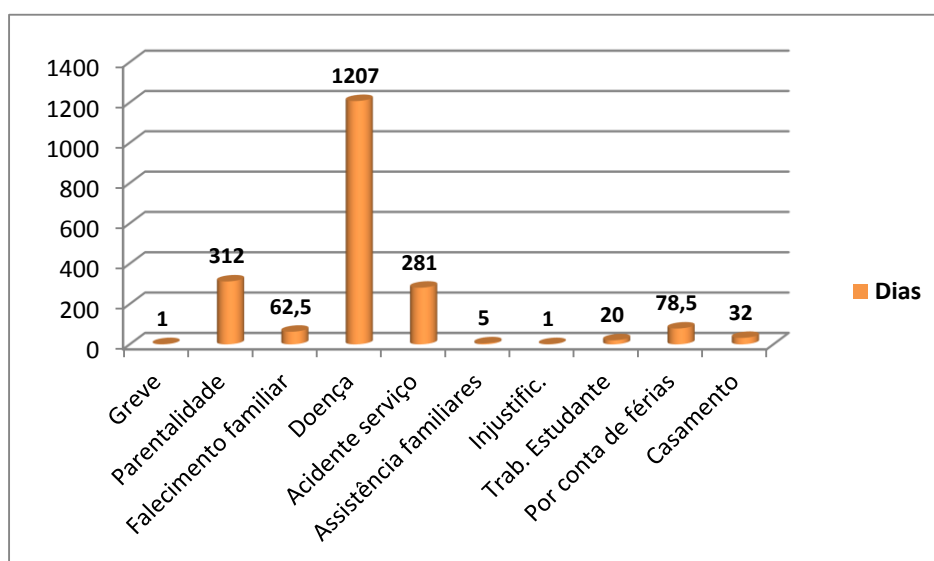


Gráfico 9 – Número de dias de ausência de trabalhadores por motivo

Além do número de dias por ausência no âmbito da parentalidade (312 dias), que englobam os dias por nascimento de filhos, assim como a assistência a filhos menores e maiores de 12 anos, salienta-se ainda que em 2016 se verificaram vários acidentes de trabalho na AD&C, com grande expressividade na taxa de absentismo.

2.9. Encargos Remuneratórios

Os encargos com pessoal atingiram em 2016 a importância de **8.232.533,93€**, sendo a rubrica “remuneração base” aquela que maior impacto tem no total de encargos desta natureza, seguido da rubrica “outros encargos com pessoal”. De referir que a rubrica “suplementos remuneratórios” inclui

¹⁴ Número médio anual de dias trabalháveis (227 dias) / Número de dias de faltas (2000 dias)

também as despesas referentes ao trabalho suplementar assim como ajudas de custo, que na Agência tem uma expressão significativa face às funções que lhe estão acometidas, designadamente de auditoria aos beneficiários.

Encargos com pessoal	Valores (em euros)
Remuneração base (*)	5.514.763,17 €
Suplementos remuneratórios	868.356,27€
Prémios de desempenho	0€
Prestações sociais	265.457,13€
Benefícios sociais	22.199,04€
Outros encargos com pessoal (**)	1.561.758,32€
Total	8.232.533,93€

(*) Inclui subsídio de férias e de natal

(**) Inclui indemnizações por férias não gozadas

2.10. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Os serviços de segurança, higiene e saúde no local de trabalho foram assegurados por uma empresa externa especializada que para além da realização de exames de admissão e periódicos assegurou a medicina curativa na Agência, I.P, através de consultas médicas semanais realizadas em gabinete médico nas instalações da Agência, medida esta implementada com vista a reduzir a taxa de absentismo registada.

Também no âmbito da segurança e saúde no trabalho, e também como medida de combate ao absentismo por doença, foi ainda proporcionado aos trabalhadores que se mostraram interessados, a vacina da gripe sazonal, ministrada nas instalações da Agência.

No que respeita aos encargos com as atividades de medicina do trabalho, foram gastos no ano em análise 6.200,17€.

Durante o ano de 2016 ocorreram cinco acidentes de trabalho, com quatro trabalhadores do sexo feminino e outro do sexo masculino, o que significa uma **taxa de incidência**¹⁵ de acidentes no local de trabalho de 2,5%, superior à de 2015 (1,03%). Importa ainda referir que não foram identificados casos de doença profissional.

¹⁵ Nº de acidentes de trabalho (5)/nº total de efetivos (199)

Tendo em conta a aprovação do Plano de Prevenção e Emergência, foi iniciado um ciclo de formação profissional no âmbito da segurança que, numa primeira fase, contempla a equipa de segurança e, numa segunda fase, prevista para 2017, os restantes trabalhadores da Agência.

2.11. Formação Profissional

Foram desenvolvidas na Agência, durante o ano, 73 ações de formação profissional, que englobam 62 ações planeadas e executadas, 5 ações extraplano e 6 em autoformação.

A **taxa de execução do plano de formação**¹⁶ é de 77%, correspondendo o total de formação ministrada na Agência a 6.348,5 horas. Ressalva-se que 57 destas ações têm uma carga horária inferior a 30 horas, maioritariamente em formato de *workshops*, seminários, colóquios, congressos – regra geral com uma duração horária que varia entre as 2,5 horas e as 16 horas – tipologia preferencial dos trabalhadores e das áreas temáticas mais interessantes para a esfera de atuação da Agência, em detrimento de cursos com uma carga horária mais prolongada.

Descrição	2016
Número total de ações de formação realizadas	73
Número total de horas de formação realizadas	6.348,5h
Trabalhadores abrangidos (*)	153
Média/hora de formação ¹⁷	41,5h

(*) Total de trabalhadores que participaram em pelo menos 1 ação.

2.12. Relações Profissionais e de Disciplina

Através de débito no vencimento, conclui-se que são 12 os trabalhadores sindicalizados, não existindo comissão de trabalhadores. Em termos disciplinares, não ocorreram quaisquer incidentes ou participações durante o ano.

¹⁶ Número de ações de formação realizadas e planeadas (62) / Total de ações de formação planeadas (81).

¹⁷ Total de horas de formação (6.348,5) / Nº de trabalhadores abrangidos (153)

3. Conclusões

Importa aqui ressaltar algumas reflexões sobre o balanço do ano, quer no que respeita ao movimento de entradas e saídas de efetivos, quer no investimento na formação profissional, quer ainda na conciliação da vida pessoal e familiar dos trabalhadores, a par das medidas de segurança e saúde no trabalho.

A Agência encontra-se numa fase de crescimento do seu ciclo de vida, não sendo possível esquecer que a mesma resultou de um processo de extinção por fusão de três organismos. Assim, e apesar das inúmeras iniciativas de recrutamento de trabalhadores, seja através de procedimento concursal ou por mobilidade interna, não foi ainda possível colmatar o défice de recursos humanos nas diversas áreas da Agência, dada a elevada taxa de rotação. O recrutamento de novos trabalhadores nem sempre se tem conseguido concretizar, não obstante o enorme esforço no lançamento de procedimentos concursais, porquanto a maioria das áreas carenciadas são áreas de grande especificidade técnica e que revelam alguma dificuldade na angariação de recursos compatíveis com os perfis definidos.

No entanto, o saldo este ano é positivo quando comparado com o número de efetivos existentes em 2015. Esta aposta em novos recrutamentos vai prosseguir em 2017.

A par da necessidade de novos recrutamentos, a estratégia de recursos humanos da Agência assenta ainda em reter os atuais trabalhadores concedendo-lhes melhores condições de trabalho e investindo na sua formação profissional.

Desta forma, a formação profissional é considerada como uma área de grande importância, tendo em vista a qualificação e especialização dos trabalhadores. Como tal, a Agência investiu na elaboração de procedimentos e instrumentos, como o Plano de Formação, e na sua execução, por forma a dotar de competências e conhecimentos nas mais diversas áreas, sejam elas transversais ou de negócio e vai ainda implementar um sistema de avaliação da formação realizada.

No âmbito da responsabilidade social e na tentativa de promover a conciliação da vida pessoal e familiar, foi autorizada a prática de uma modalidade de horário de trabalho, a jornada contínua, pelos 23 trabalhadores que a requereram.

Por último, durante o ano, foram ainda postas em prática várias medidas de segurança e saúde no trabalho de entre as quais se destacam a medicina curativa (com a presença semanal de um médico nas instalações da Agência), a vacinação da gripe sazonal para todos os trabalhadores interessados e a realização de uma ação de sensibilização nas matérias relacionadas com a segurança no trabalho.

Em 2016, a tendência no decréscimo de efetivos da Agência inverteu-se com o aumento do número dos postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal. Envidando esforços neste sentido, espera-se que durante o ano de 2017, seja possível continuar a seguir esta linha de orientação na gestão de recursos humanos, elaborando e promovendo medidas e projetos que permitam a concretização deste objetivo.

ANEXOS

Índice dos Anexos

Recursos Humanos

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Quadro 16: Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Remunerações e Encargos

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Higiene e Segurança

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Quadro 25: Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Formação Profissional

Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de ação

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de ação

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Relações Profissionais

Quadro 31: Relações profissionais

Quadro 32: Disciplina

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e gênero em 31 de dezembro

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e gênero, em 31 de dezembro

NOTAS:

[illegible]

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédia de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédia de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédia de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Auxiliar técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Auxiliar operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informática							0	0	0
Registrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do INE - assistência de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Fis. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praca b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiro Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avanço							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011,

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

[illegible]

Notes:

Notas:
Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro Inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n° 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei n° 64/2013, de 22 de Dezembro);

b) Posição das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Regular outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED.

(Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

(1981) *Journal of the American Statistical Association*, 76, 1013-1024.

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior				4	3	7
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				1		1
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. de Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefe Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial (i)						0
Forças Armadas - Sargento (ii)						0
Forças Armadas - Praça (ii)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	5	3	8

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras substituídas)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermediário de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermediário de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermediário de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior								1		1	0	2	2
Assistente técnico, técnico de nível Intermediário, pessoal administrativo							1				1	0	1
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático							1	1			1	1	2
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0
Pessoal de Inspeção							8	13			8	13	21
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Policia Judicial											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Chefe de Policia											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiros											0	0	0
Policia Municipal											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	10	15	0	1	10	16	26

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro?

Grupo/cargo/carreira	Regido		Fornecido		Deficazado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Sociedade de Forças		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Diligente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Diligente superior de 2º grau a)													2	1	2	1	3
Diligente intermédio de 1º grau a)													3	6	3	6	9
Diligente intermédio de 2º grau a)													7	18	7	18	25
Diligente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnica Superior			24	36				11				1			24	48	72
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			7	21				1							7	21	29
Assistente operacional, operário, auxiliar			1	1											1	1	2
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informática			1	1											1	1	2
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistência de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção			12	24				11							12	35	47
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Estomatológico															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Oficina Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Adm. Econ.															0	0	0
Camareiros e Mantele															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiro Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiros															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	32	95	0	0	0	23	0	0	0	1	13	25	63	134	199

NOTAS:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Diligente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 10 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

22. Cite duas a menos: Todas não estão iguais, são os Quilômetros!

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/categoria e por gênero.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assalariado ou assinalar o número de trabalhadores que o praticam:

PHF: Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço. Quando o assalariado não for o mesmo serviço pode haver diferenças em períodos normais de trabalho.

(*) Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, ser inferior ao praticado a tempo completo:

Quando exatimento mais do que 1 hora(s) a tempo parcial (incompleto) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro)

b) Posições carências militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores por licenças aos corpos especiais, SES (Serviço de Informações de Segurança) e SED (Serviço de Instruções Estratégicas de Defesa)

13) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	255:00	57:30				43:00		27:30		10:30	255:00	138:30	393:30
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		752:00									0:00	752:00	752:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	1200:30	621:00					17:00				1217:30	621:00	1838:30
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático	247:30										247:30	0:00	247:30
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ./Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefe Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	1703:00	1430:30	0:00	0:00	0:00	43:00	17:00	27:30	0:00	10:30	1720:00	1511:30	3231:30

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas);

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Tec. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiro Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho nocturno suplementar” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivos da greve
29-01-2016			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas		1	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1		0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivos da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0		0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivos da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0		0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivos da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0		0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivos da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0		0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o Nº de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	3	15	18
1001-1250 €	9	18	27
1251-1500 €	6	8	14
1501-1750 €	10	10	20
1751-2000€	3	10	13
2001-2250 €	4	14	18
2251-2500 €	7	6	13
2501-2750 €	2	3	5
2751-3000 €	4	16	20
3001-3250 €	2	1	3
3251-3500 €	1	7	8
3501-3750 €	1		1
3751-4000 €		1	1
4001-4250 €	7	18	25
4251-4500 €			0
4501-4750 €	2	6	8
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €	4	1	5
Total	65	134	199

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença;
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais;
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	592,46 €	573,21 €
Máxima (€)	7.611,24 €	6.088,99 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referen

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5.514.763,17 €
Suplementos remuneratórios	868.356,27 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	265.457,13 €
Benefícios sociais	22.199,04 €
Outros encargos com pessoal (**)	1.561.758,32 €
Total	8.232.533,93 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	21.885,68 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	4.628,16 €
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	987,72 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	46.056,56 €
Representação	542.767,90 €
Secretariado	1.219,09 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	250.811,16 €
Total	868.356,27 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também os prémios de desempenho e o subsídio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	
Abono de família	8.934,19 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	11.119,15 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	185.475,99 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	59.927,80 €
Total	265.457,13 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	22.199,04 €
Total	22.199,04 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	1					0					
	F	4	3				1	0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	1					1	0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	371					371	0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	321					321	0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registrados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	2
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	2

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	38	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos	38	
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho (*)		6.200,17 €
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	1
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	29

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas					0
Externas	235	64			299
Total	235	64	0	0	299

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 + ... + n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções Internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)		10	10	4
Dirigente intermédio de 2º grau a)		34	34	17
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		107	107	53
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		41	41	23
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		26	26	11
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção		81	81	45
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefe Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	

Forças Armadas - Oficial (b)			0	
Forças Armadas - Sargento (b)			0	
Forças Armadas - Praça (b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança (c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	0	299	299	153
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)			230:00	230:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)			707:30	707:30
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior			2313:30	2313:30
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			651:00	651:00
Assistente operacional, operário, auxiliar				0:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático			559:30	559:30
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção			1887:00	1887:00

Pessoal de Investigação Científica		0:00
Docente Ensino Universitário		0:00
Docente Ensino Superior Politécnico		0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário		0:00
Médico		0:00
Enfermeiro		0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		0:00
Técnico Superior de Saúde		0:00
Chefia Tributária		0:00
Pessoal de Administração Tributária		0:00
Pessoal Aduaneiro		0:00
Conservador e Notário		0:00
Oficial dos Registos e do Notariado		0:00
Oficial de Justiça		0:00
Forças Armadas - Oficial b)		0:00
Forças Armadas - Sargento b)		0:00
Forças Armadas - Praça b)		0:00
Polícia Judiciária		0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial		0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia		0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente		0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial		0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento		0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda		0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras		0:00
Guarda Prisional		0:00
Outro Pessoal de Segurança c)		0:00
Bombeiro		0:00
Polícia Municipal		0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	71.183,72 €
Total	71.183,72 €

Notas:

1) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	12
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas